

Congresso^{Nacional} abre arquivos secretos

Jorae Cardoso

SCHEILA BERNADETE

O Congresso Nacional decidiu abrir seus porões ao povo, aproveitando os novos tempos de moralidade política. Ainda este ano, a sociedade brasileira poderá conhecer, com detalhes, a história recente do País, como o período da ditadura militar. A total transparência sobre fatos nebulosos da vida nacional será possível graças a um projeto de resolução aprovado dias antes do recesso, na Câmara, estabelecendo um prazo mínimo de 15 anos — a partir da data de suas apresentações e ocorrências — para o público ter acesso a documentos e sessões secretas. “A partir de agosto será formada uma comissão para classificar o material, o que deverá levar em torno de dois meses”, prevê o deputado Inocêncio Oliveira, presidente da Câmara.

A proposta apresentada pela Mesa Diretora da Câmara, em agosto de 1990, tem como justificativa para a liberação dos documentos históricos, o artigo 5º da Constituição, o qual estabelece direitos iguais a todos os brasileiros. Segundo Inocêncio Oliveira — que também foi o relator do projeto — além de revelações importantes, a resolução “assegura ainda o equilíbrio entre os interesses do Estado, da sociedade e do cidadão”. Ele entende que entre os maiores beneficiados está o próprio processo legislativo. “Para exemplificar: se uma comissão de investigação da dívida externa quiser maior rapidez na obtenção de informações pertinentes, ao invés dos tortuosos caminhos da requisição a órgãos públicos, poderá fazê-lo aqui mesmo”, ressalta.

Existem cerca de 50 sessões secretas, registradas na Câmara, realizadas no plenário ou nas comissões, ainda sob a salvaguarda do sigilo. Reuniões deste tipo são realizadas apenas para deliberações sobre assuntos relacionados com efetivos das Forças Armadas, declaração de guerra ou acordo de paz, passagem de força estrangeira pelo País e perda de mandato parlamentar. O primeiro passo para a abertura ao acesso popular foi dado em 1984, quando a Câmara violou um lote de 30 envelopes com atas de sessões secretas realizadas entre 1936 e 37. O período refere-se ao chamado Estado Novo, instaurado no País, pelo então presidente Getúlio Vargas.

O material revelado, no entanto, frustrou a expectativa de funcionários do setor de arquivo e deputados que acompanharam a abertura dos envelopes lacrados, devido a inexistência de informações históricas relevantes.